



LEI Nº. 475 / 2012

Súmula: Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Reserva para o exercício financeiro de 2013.

A CAMARA MUNICIPAL DE RESERVA, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte,

L E I

Art. 1º - Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município de Reserva para o exercício financeiro de 2013, nos termos da Constituição Federal, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, da Lei Complementar nº 101/00 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2012.

Art. 2º O Orçamento Geral do Município de Reserva, estima a receita bruta em R\$ 50.509.569,15 (Cinqüenta milhões, quinhentos e nove mil, quinhentos e sessenta e nove reais e quinze centavos) e deste valor há uma dedução de R\$ 5.403.716,00 (cinco milhões, quatrocentos e três mil, setecentos e dezesseis centavos), apresentando-se como o total da receita o valor de R\$ 45.105.853,15 (Quarenta e cinco milhões, cento e cinco mil, oitocentos e cinqüenta e três reais e quinze centavos), e fixa a Despesa em igual importância.

Art. 3º - A Receita se constitui pela arrecadação de Receitas Tributárias, de Contribuições, Patrimoniais, de Serviços e Outras Receitas Correntes e, através das Transferências Correntes, oriundas da participação na arrecadação dos impostos federais e estaduais e de outras transferências da União e do Estado, e as Receitas de Capital, na forma da legislação vigente, e de acordo com as seguintes estimativas:

1. – RECEITAS CORRENTES	R\$	50.217.069,15
Receita Tributária	R\$	2.536.280,00
Receita de Contribuições...	R\$	1.665.900,00
Receita Patrimonial	R\$	2.060.200,00
Receita de Serviços	R\$	125.900,00
Transferências Correntes ..	R\$	41.487.179,84
Outras Receitas Correntes ..	R\$	223.440,00
Receita Intraorçamentárias ..	R\$	2.118.169,31
2. – RECEITAS DE CAPITAL	R\$	292.500,00
Transferências de Capital ..	R\$	292.500,00
3. (-)Dedução da Receita para Formação do FUNDEB	R\$	(5.364.076,00)
4. (-)Outras Deduções de Receita	R\$	(39.640,00)

TOTALR\$ **45.105.853,15**





Art. 4º - A Despesa será realizada de acordo com as discriminações constantes dos demonstrativos que integram esta lei, os quais apresentam seu detalhamento por Órgão, Unidades Orçamentárias e Categoria Econômicas, conforme o seguinte desdobramento:

1. - ORGÃO LEGISLATIVO	R\$	1.8.12.000,00
Legislativo Municipal	R\$	1.812.00,00
2. - ORGÃO EXECUTIVO	R\$	34.441.440,52
Executivo Municipal	R\$	626.000,00
Assessoria Jurídica	R\$	71.000,00
Secret. Administ. e Finanças	R\$	2.134.000,00
Secret. Agricultura Pecuária, Ind. Com.	R\$	1.491.500,00
Secret. Educação e Cultura ..	R\$	12.964.951,50
Secret. Esportes Turismo e Meio Ambiente.....	R\$	624.320,00
Secret. de Obras e Serviços Públicos	R\$	6.747.253,50
Secret. Saúde e Vigilância Sanitária.....	R\$	9.909.228,44
Secretaria de Desenv. Econ. e Social.....	R\$	1.711.080,40
Encargos Especiais	R\$	1.800.550,00
3. - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA - RESERVAPREV	R\$	5.113.969,31
Instituto de Previdência	R\$	2.620.000,00
Reserva de Contingência	R\$	2.493.969,31
4. - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	100.000,00
Reserva de Contingência	R\$	100.000,00
T O T A L	R\$	45.105.853,15

Art. 5º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, no curso da execução orçamentária de 2013, créditos adicionais suplementares até o limite de 10% (dez por cento) da despesa total fixada por esta lei, conforme art. 4º da Lei nº 462, de 02 de julho de 2.012 (LDO).

§ 1º - Exclui-se do limite de que trata o caput deste artigo:





- I – os créditos adicionais suplementares que não alterem o valor da dotação atribuída a cada projeto ou atividade e os que decorrem de leis municipais específicas, aprovadas no exercício;
- II – a readequação das fontes de recursos em cada elemento de despesa em função de eventual realização das receitas diferentemente da fixada.
- III – os créditos adicionais suplementares aos valores das dotações referentes ao pagamento da dívida pública e de sentenças judiciais;
- IV – os créditos adicionais suplementares cujos recursos apontados sejam provenientes de superávit financeiro e/ou excesso de arrecadação por fontes de recursos;
- V – os créditos adicionais suplementares decorrentes de excesso de arrecadação por fontes de recursos advindos de rendimentos de aplicação financeira de convênios e/ou programas federais e estaduais;

§ 2º - Os créditos adicionais suplementares cujos recursos sejam provenientes de superávit financeiro e ou excesso de arrecadação serão abertos por ato próprio do Executivo.

§ 3º - Até 10 (dez) dias após a publicação dos decretos de abertura de créditos adicionais suplementares, o Poder Executivo deverá encaminhar cópia dos mesmos a Comissão de Orçamento, Finanças e Tomadas de Contas.

Art. 6º. Fica igualmente o Poder Executivo autorizado a realizar operação de crédito, após prévia autorização legislativa, conforme disciplinado pelo artigo 5º da Lei nº 462 de 02 de Julho de 2012 (LDO).

Art. 7º - Fica também autorizado, não sendo computado para fins do limite de que trata o artigo 5º desta lei, o remanejamento, transposição e transferência de recursos orçamentários para cobertura de despesa com pessoal e aos encargos sociais decorrentes da transferência de servidores de uma unidade para outra.

Art. 8º - Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares ao orçamento do Legislativo Municipal até o mesmo limite fixado no artigo 5º desta Lei para o Executivo Municipal, através de Ato da Mesa Executiva, servindo como recursos para tais suplementações, o cancelamento de dotações do orçamento do Legislativo.

Art. 9º - Fica o Poder Executivo, autorizado a utilizar recursos livres vinculados à conta reserva de contingência, nas situações previstas no art. 5º, III, da Lei Complementar nº 101/00, conforme art. 8º, da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001.





Art. 10 - Fica autorizada a redistribuição de parcelas das dotações de pessoal de uma para outra unidade orçamentária ou programa de governo quando considerada necessária a movimentação e a mesma favorecer a execução das ações previstas no orçamento, consoante o previsto no parágrafo único do artigo 66 da Lei Federal 4320, de 17 de março de 1964.

Art. 11 - Orçamento Geral do Município de Reserva, considerando os termos do art. 52, §1º e 2º da Lei nº 462 de 02 de Julho de 2012, poderá ser corrigido, tendo como base o IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado) acumulado no período, apurado pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro índice que vier a substituí-lo.

Art. 12 - Até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o Poder Executivo deverá fixar a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias, com remessa de cópia a Comissão de Orçamento, Finanças e Tomadas de Contas.

Art. 13 - Os órgãos e entidades mencionados no art. 4º desta Lei, ficam obrigados a encaminhar ao Poder Executivo Municipal até 15 (quinze) dias após o encerramento de cada mês, a movimentação orçamentária, financeira e patrimonial, para fins de consolidação das contas públicas do ente municipal.

Art. 14 - Fica autorizado o Poder Executivo a realizar a consolidação dos valores apresentados para as Unidades Orçamentárias descritas no art. 4º desta Lei e autorizado a inserir na peça orçamentária os projetos e atividades aprovados através de Emendas do Poder Legislativo.

Art. 15 - Até 45 (quarenta e cinco) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o Poder Executivo deverá encaminhar à Comissão de Orçamento, Finanças e Tomadas de Contas a peça orçamentária devidamente consolidada, inclusive contendo os seus respectivos anexos.

Art. 16 - Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2013.

PAÇO MUNICIPAL 26 DE MARÇO, em 14 de dezembro de 2012.

FREDERICO BITTENCOURT HORNUNG
Prefeito Municipal

